decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito e das multas imputadas, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº 49.540

Processo nº 2004/51533-7

Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio nº 023/1998 e Termos Aditivos firmados entre a Prefeitura Municipal de FLORESTA DO ARAGUAIA e a SEDUC.

Responsável: Sr. FRANCISCO JOSÉ MEDEIROS BARBOSA - Prefeito à época.

Relator: Conselheiro Corregedor IVAN BARBOSA DA CUNHA
Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro Corregedor Relator, com fundamento nos art. 38, inciso III, alínea "a", "b" e "c" c/c os arts. 41 e 74, inc. VIII da Lei Complementar nº. 12 de 9 de fevereiro de 1993, o que segue:

I - Julgar irregulares as contas e condenar o Sr. FRANCISCO JOSÉ MEDEIROS BARBOSA, Prefeito à época, CPF nº. 177.503.852-15, ao pagamento da quantia de R\$ 91.238,04 (noventa e um mil, duzentos e trinta e oito reais e quatro centavos), atualizada a partir de 16/12/1999, e acrescida de juros até o seu efetivo recolhimento;

II - Aplicar as multas de R\$ 54.556,68 (cinquenta e quatro mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e sessenta e oito centavos), pelo dano causado ao erário, equivalente a 10% (dez por cento) do valor atualizado do débito e R\$400,00 (quatrocentos reais), pela instauração da tomada de contas, a serem recolhidas na forma como dispõe a Lei Estadual nº 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução nº 17.492/2008-TCE.

As quantias supramencionadas deverão ser recolhidas no prazo de 30(trinta) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito e das multas imputadas, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº 49.541

Processo nº 2003/51582-0

Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio nº 031/2002 firmado entre a Prefeitura Municipal de CONCÓRDIA DO PARÁ e a SAGRI.

Responsável: Espólio do Sr. EVALDINO BENTO CELESTINO - Prefeito à época.

Relator: Conselheiro Corregedor IVAN BARBOSA DA CUNHA
Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro Corregedor Relator, com fundamento nos art. 38, inciso III, alínea "a", "b" e "c" c/c os arts. 41 e 74, inc. VIII da Lei Complementar nº. 12 de 9 de fevereiro de 1993, o que segue:

I - Julgar irregulares as contas e condenar o espólio do Sr. EVALDINO BENTO CELESTINO, Prefeito à época, CPF nº 120.813.882-00, ao pagamento da quantia de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), atualizada a partir de 29/01/2003, e acrescida de juros até o seu efetivo recolhimento, com isenção de multa regimental em face do princípio da personalidade da pena, assegurada pela Constituição Federal (art. 5º, inc. XLV).

II - Aplicar ao Sr. RENATO CORADASSI, prefeito à época, CPF nº 372.573.409-78, a multa de R\$400,00 (quatrocentos reais), pelo não atendimento a diligência deste Tribunal.

A multa deverá ser recolhida na forma como dispõe a Lei Estadual nº 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução nº 17.492/2008-TCE.

A quantia supramencionada deverá ser recolhida no prazo de 30(trinta) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito e das multas imputadas, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº 49.542

Processo nº. 2003/52511-0

Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio nº. 151/2002 firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPÉ MIRI e a SESP.

Responsável: Sr. MÁRIO DA COSTA LEÃO, Prefeito à época.

Relator: Conselheiro Corregedor IVAN BARBOSA DA CUNHA
Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro Corregedor-Relator, com fundamento nos art. 38, inciso III, alíneas a, b e c, c/c o art. 41, 73 e 74, inciso VII, da Lei Complementar nº 12,

de 9 de fevereiro de 1993, o que segue:

I- Julgar irregulares as contas e condenar o Sr. MÁRIO DA COSTA LEÃO, Prefeito à época, C.P.F. 033.405.462-15, ao pagamento da importância de R\$ 42.001,69 (quarenta e dois mil, um real e sessenta e nove centavos), atualizada a partir de 03.12.2003 e acrescida de juros até o efetivo recolhimento;

II - Aplicar as multas de R\$ 17.950,58 (dezessete mil, novecentos e cinquenta reais e cinquenta e oito centavos) pelo dano apontado ao erário, equivalente a 10% (dez por cento) do valor atualizado do débito e R\$400,00 (quatrocentos reais), pela instauração da Tomada de Contas, a ser recolhida nos termos dispostos pela Lei Estadual nº. 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV e 3º da Resolução nº. 17.492/TCE, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado;

III- Deixar de aplicar a multa ao Sr. FERNANDO AGOSTINHO CRUZ DOURADO, Secretário de Saúde Pública à época, por ter o mesmo comparecido e justificado as suas razões nos autos.

ACÓRDÃO Nº 49.543

Processo nº 2001/51311-0

Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio nº 205/1998 e Termos Aditivos firmados entre a Prefeitura Municipal de XINGUARA e a SEPLAN.

Responsável: Sr. FRANCISCO JACINTO BRANDÃO - Prefeito à época.

Relator: Conselheiro Corregedor IVAN BARBOSA DA CUNHA
Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro Corregedor Relator, com fundamento nos art. 38, inciso III, alínea "a", "b" e "c" c/c os arts. 41 e 74, inc. VIII da Lei Complementar nº. 12 de 9 de fevereiro de 1993, o que segue:

I - Julgar irregulares as contas e condenar o Sr. FRANCISCO JACINTO BRANDÃO, CPF nº. 066.380.402-78, ao pagamento da quantia de R\$ 30.382,29 (trinta mil, trezentos e oitenta e dois reais e vinte e nove centavos), atualizada a partir de 25/09/1998, e acrescida de juros até o seu efetivo recolhimento;

II - Aplicar as multas de R\$ 19.151,18 (dezenove mil, cento e cinquenta e um reais e dezoito centavos), pelo dano causado ao erário, equivalente a 10% (dez por cento) do valor atualizado do débito e R\$ 400,00 (quatrocentos reais) pela instauração da tomada de contas, a serem recolhidas na forma como dispõe a Lei Estadual nº 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução nº 17.492/2008-TCE.

As quantias supramencionadas deverão ser recolhidas no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito e das multas imputadas, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º da Constituição Federal.

Decisão: ACORDAM

ACÓRDÃO Nº 49.544

Processo nº 2001/51312-0

Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio nº 052/1998 firmado entre a Prefeitura Municipal de XINGUARA e a SETRAN.

Responsável: Sr. FRANCISCO JACINTO BRANDÃO - Prefeito à época.

Relator: Conselheiro Corregedor IVAN BARBOSA DA CUNHA
Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro Corregedor Relator, com fundamento nos art. 38, inciso III, alínea "a", "b" e "c" c/c os arts. 41 e 74, inc. VIII da Lei Complementar nº. 12 de 9 de fevereiro de 1993, o que segue:

I - Julgar irregulares as contas e condenar o Sr. FRANCISCO JACINTO BRANDÃO, Prefeito à época, CPF nº. 066.380.402-78, ao pagamento da quantia de R\$ 49.932,50 (quarenta e nove mil, novecentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos), atualizada a partir de 09/09/1998, e acrescida de juros até o seu efetivo recolhimento;

II - Aplicar as multas de R\$ 31.474,47 (trinta e um mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e quarenta e sete centavos), pelo dano causado ao erário, equivalente a 10% (dez por cento) do valor atualizado do débito e R\$400,00 (quatrocentos reais), pela instauração da tomada de contas e deverão ser recolhidas na forma como dispõe a Lei Estadual nº 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução nº 17.492/2008-TCE.

As quantias supramencionadas deverão ser recolhidas no prazo de 30(trinta) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito e das multas imputadas, em caso de não

recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº 49.545

Processo nº 2003/51816-9

Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio nº 027/2002 firmado entre a Prefeitura Municipal de ABAETETUBA e a SAGRI.

Responsável: Espólio do Sr. FRANCISCO MAUÉS CARVALHO - Prefeito à época.

Relator: Conselheiro Corregedor IVAN BARBOSA DA CUNHA
Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro Corregedor Relator, com fundamento nos art. 38, inciso III, alínea "a", "b" e "c" c/c os arts. 41 e 74, inc. VIII da Lei Complementar nº. 12 de 9 de fevereiro de 1993, o que segue:

I - Julgar irregulares as contas e condenar o espólio do Sr. FRANCISCO MAUÉS CARVALHO, Prefeito à época, CPF nº 030.347.802-06, ao pagamento da quantia de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), atualizada a partir de 29/01/2003, e acrescida de juros até o seu efetivo recolhimento, com isenção de multa regimental em face do princípio da personalidade da pena, assegurada pela Constituição Federal (art. 5º, inc. XLV).

A quantia supramencionada deverá ser recolhida no prazo de 30(trinta) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 49.546

Assunto: Prestações de Contas.

Processo nº 2003/51489-3 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAPANIM, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) referente ao Convênio nº. 136/02 e Termo Aditivo, firmados com a SEDUC, responsabilidade do Sr. RAIMUNDO LUIZ DE MORES, Prefeito à época.

Processo nº 2003/52409-2 - PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM ELIZEU, no valor de R\$ 115.500,00 (cento e quinze mil e quinhentos reais), referente ao Convênio nº. 146/2002, firmado com a SESP, de responsabilidade do Sr. JEFFERSON DEPRÁ, Prefeito à época;

Processo nº 2000/52575-8 - PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ, no valor de R\$ 123.760,32 (cento e vinte e três mil, setecentos e sessenta reais, trinta e dois centavos), referente ao Convênio nº. 018/2000, firmado com a SEDUC, de responsabilidade do Sr. JOSÉ ORLANDO FREIRE, Prefeito à época;

Processo nº 1999/51643-3 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOVO, no valor de R\$ 141.603,85 (cento e quarenta e um mil, seiscentos e três reais, oitenta e cinco centavos) referente ao Convênio nº. 015/97, firmado com a SEDUC, de responsabilidade do Sr. SEI OHAZE, Prefeito;

Processo nº 2003/52153-8 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA AZUL DO NORTE, no valor de R\$200.000,00 (duzentos mil reais) referente ao Convênio nº. 541/2002, firmado com a SEPLAN, de responsabilidade do Sr. JOSÉ FRANCISCO DA SILVA, Prefeito à época;

Processo nº 2000/51623-6 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO, no valor de R\$136.334,20 (cento e trinta e seis mil, trezentos e trinta e quatro reais, vinte centavos) referente ao Convênio nº. 001/99, firmado com a COHAB de responsabilidade do Sr. FRANCISCO EDUARDO PASETTO LOPES, Secretário à época;

Processo nº 2003/53788-8 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE, no valor de R\$ 74.036,60 (setenta e quatro mil, trinta e seis reais, sessenta centavos) referente ao Convênio nº. 031/03, firmado com a SESP de responsabilidade do Sr. JARDEL VASCONCELOS CARMO, Prefeito;

Processo nº 2003/51675-3 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BARBARA DO PARÁ, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) referente ao Convênio nº. 655/02, firmado com a SEOF de responsabilidade da Sra. MARISE ANDREA BARBOSA COLARES, Prefeita à época;

Processo nº 2003/53279-3 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO ARARI, no valor de R\$ 58.350,00 (cinquenta e oito mil, trezentos e cinquenta reais) referente ao Convênio nº. 107/02, firmado com a SEPOF de responsabilidade do Sr. FERNANDO ANTONIO LOBATO TAVARES, Prefeito à época e;

Processo nº 2003/51245-7 - PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO, no valor de R\$ 143.601,55 (cento e quarenta e três mil, seiscentos e um reais, cinquenta e cinco centavos) referente ao Convênio nº. 157/02, firmado com a SESP de responsabilidade do Sr. MÁRIO APARECIDO MOREIRA, Prefeito à época.

Relator: Conselheiro Corregedor IVAN BARBOSA DA CUNHA